

Como e porque o mundo está em uma guerra cambial

Marco Antonio Moreno

Durante décadas, os países adotaram as desvalorizações como uma saída das crises internas. Ao desvalorizarem as suas moedas, faziam com que os seus produtos ficassem mais competitivos ante o resto do mundo e com isso podiam garantir a continuação das suas fábricas. Esta foi a conduta propagada pelo próprio FMI por ordens de Washington, porque, face a uma moeda débil, o dólar adquiria grande poder e podia comprar empresas e indústrias a valores muito convenientes, às vezes irrisórios. É um procedimento que foi aplicado nos anos 70 e 80 na Ásia e na América Latina e que funcionou em casos isolados, mas que sempre empobreceu os países que a adotavam.

Agora esta receita á aplicada em grande escala e em simultâneo, o que evidentemente não terá nenhum efeito significativo. Só o fato de empobrecer mais o Ocidente, porque esta guerra comercial é produto da debilidade da procura. E foi o alto desemprego global que debilitou o consumo e por isso os países vendem menos e as fábricas fecham. E aumenta mais o desemprego. Este círculo vicioso não só deixa em perigo a competitividade dos países, mas também a sua estabilidade social. Não há dúvida de que as mobilizações irão aumentar. Mais ainda depois da OIT ter sublinhado que os níveis de emprego que se verificavam antes da crise não se recuperarão até 2015.

Com este desemprego alto, os países desenvolvidos estão sofrendo uma procura altamente deficiente. Nenhuma das seis maiores economias de altos rendimentos (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália) voltou a recuperar o nível econômico que tinha há três anos. A



atividade destes países está até cerca de 10% abaixo da sua tendência passada. E o início deste forte decréscimo advém do excesso de oferta. Por último, pesa o incremento nas ultimas semanas do preço do petróleo e dos alimentos básicos.

A perda de milhões de empregos desde 2008 está fortemente relacionada com o colapso da indústria da construção, que ficou paralisada nas principais economias. Mais de dois milhões de habitações nos EUA não têm comprador e, em Espanha, o estoque de habitações que não são vendidas supera o milhão, apesar da queda no preço. O negócio das empresas imobiliárias acabou e demorará muitos anos até se voltar a recompor.

Parte do problema está relacionado com a origem da crise financeira na qual o poder foi transferido para uma moeda fiduciária que não tem qualquer suporte real. A honestidade do sistema diluiu-se e propagou-se a ganância e a fraude. O capitalismo real exige uma moeda forte na qual se possa confiar. Mas esta desapareceu há quase quarenta anos e, desde aí, todas as moedas se têm manipulado sem que haja qualquer vestígio de riqueza real.

Desde as guerras napoleônicas até às guerras mundiais do século XX, o sistema financeiro esteve

suportado pelo ouro. Nessa altura não se podia desvalorizar nem manipular as moedas. Ninguém podia ser mais competitivo sem motivo aparente ou sequer enriquecer mais além dos limites. Tudo era como era. Com o sistema iniciado por Richard Nixon em 1971, a oferta de dinheiro pode aumentar muito mais depressa que os bens e serviços reais, dando alento à corrupção e aos especuladores. Assim, se nos anos 60 os trabalhadores (90% da população) obtinham 60% dos rendimentos da época, em 2007 obtinham somente 11%. Foi isto que deu lugar à maior desigualdade nos rendimentos da história. Grande parte de tudo isto deve-se às políticas monetárias dos bancos centrais que, ao tomar em conta como única variável a inflação dos produtos básicos, descuidou a inflação dos bens de capital. Entretanto, a inflação aumentou 5 vezes em 40 anos, os índices da bolsa de valores aumentaram 20 vezes (de 750 a 15.000), fazendo crer que a economia estava funcionando perfeitamente. Oitenta anos depois da maior das crises financeiras de que há registro, voltamos a repetir uma história que se dava por superada. O ser humano é o único animal que tropeça na mesma pedra. Desta vez não só para reviver a crise, mas também para a aprofundar.

Fonte: <http://www.revistaforum.com.br/>

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, poderá reclamar da guerra cambial por longo tempo. Não há sinal de trégua, depois de muito falatório na assembleia do Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo chinês continua rejeitando as pressões para deixar o yuan valorizar-se. O Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, continuará emitindo dinheiro. Mais dólares vão fluir para o

Brasil e outros mercados emergentes, forçando a valorização de suas moedas. Esses países poderão adotar controles unilaterais, como impostos sobre o capital estrangeiro, mas nenhuma barreira será eficiente por muito tempo. A experiência é clara quanto a isso. O tema será discutido mais uma vez na reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), em novembro, e

difficilmente haverá resultado prático. Nenhum país pode resolver sozinho o problema do câmbio. Só pode haver solução global, repetiram durante uma semana o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, e uma porção de técnicos e ministros, incluído Mantega. Mas isso foi tudo. Não houve acordo sobre como agir ou dividir o peso do ajuste.

FRANÇA: “PROTESTOS EXPRESSAM A LEGITIMIDADE SOCIAL”

Sarkozy rompeu unilateralmente o contrato moral que tinha feito com os franceses, acusa Ignacio Ramonet, presidente da associação Memória das Lutas. Entrevista conduzida por Laurent Etre, L'Humanité.

Face à surdez e à arrogância do governo francês, Ignacio Ramonet, presidente da associação Memória das Lutas, apela para a legitimidade social e para a legitimidade da democracia participativa.

Na sua opinião, o que representa a amplitude da mobilização pela defesa das aposentadorias?

Ignacio Ramonet — Pouco a pouco, todos vão ganhando consciência de que o projecto governamental vai atingi-los e que, num sentido, isto vai pagar-se em anos de vida. Para além disso, há um mal-estar social mais global, que não se pôde exprimir desde que se desencadeou a crise, financeira e depois econômica, em 2008.

Observamos igualmente a rejeição de um certo modo de governo, feito de arrogância, de soberba, de auto-suficiência. Do que se pode chamar de “espírito de Fouquet”, que foi ilustrado recentemente pelo caso Woerth. O poder obstina-se a negar o envolvimento de um ministro num caso que o liga a milionários, a classes extremamente favorecidas. A população começa a ficar farta. E tenho a impressão que, à medida em que se sucedem as jornadas de protesto, cada cidadão toma consciência de que pode associar-se ao movimento. Assim, este vai ganhando amplitude.

Progressivamente, o movimento traduz o mal-estar de cada um. Na terça-feira (19/10), Nicolas Sarkozy estimou que o dossiê reformas estava fechado. Que fazer diante de uma tal surdez?

No plano da legalidade parlamentar, o espaço de tempo é relativamente curto, porque se estima que de hoje [19] até quarta [20], quinta [21], o Senado acabará por votar esta lei, que voltará então à Assembleia. E daqui a uma dezena de dias, do ponto de vista desta legalidade parlamentar, o caso estará fechado. Mas em democracia, há também outras legitimidades. Vemos assim exprimir-se, neste momento, a legitimidade social, aliás reconhecida pela Constituição através do direito de greve e do direito de manifestação. Mesmo que o poder se mantenha surdo, esta legitimidade é majoritária no país, como mostram todas as sondagens. Seria imprudente por parte do governo teimar em não levar em conta senão uma única legitimidade e não reconhecer as outras, perfeitamente legais em democracia. Além disso, ninguém ignora que o presidente da República afirmou, no seu programa presidencial, que não tocaria na reforma aos 60 anos. Ele rompeu unilateralmente o contrato moral que tinha feito com os franceses. Por isso, temos o direito de invocar ainda uma outra legitimidade, a da democracia participativa: já que o presidente muda o seu programa, deve submetê-lo aos eleitores. É por isso que há quem peça, a meu ver com razão, a realização de um referendo.

Outros movimentos desenvolvem-se na Europa, atualmente, num grande número de países, contra os planos de austeridade. A sequência do braço-de-ferro na França vai ocorrer do lado das mobilizações à escala europeia? Há manifestações muito importantes num grande número de países, na Espanha, em Portugal, na Itália, na

Roménia... Na Grécia, houve seis greves gerais. Logo, realmente, seria necessária uma jornada europeia de ação. Acrescento a isso que alguns dos países onde os protestos estão mais fortes são governados pela social-democracia. Por isso, muitos cidadãos se perguntam se a social-democracia, quando está no poder, acaba por aceitar ela própria as diretivas do Fundo Monetário Internacional, ele mesmo dirigido por um social-democrata. Há, consequentemente, uma hipoteca, que os sociais-democratas devem levantar. Em relação a isto, só podemos alegrar-nos de que, em França, o PS anuncie que, se voltar ao poder, restabelecerá a idade legal de 60 anos. Mesmo que não descarte a possibilidade de fazer uma reforma do sistema de reformas. Em que sentido podemos dizer que a questão das reformas é um assunto de civilização? Construimos sociedades mais avançadas, mais civilizadas, na medida em que criamos sistemas de reforma que permitissem eliminar dos grandes terrores do Ocidente, a angústia dos velhos. Hoje, é isso que está sob ameaça. Toda as pessoas sabem que a questão das reformas implica o conjunto das famílias, consequentemente a sociedade, portanto a civilização. É preciso sublinhar que, em certos países, uma das medidas que a esquerda implanta, quando chega ao poder, é precisamente a redução da idade de ida para a reforma. A Bolívia de Evo Morales reduziu-a de 65 para 58 anos! Isso corresponde a uma aspiração profunda das populações.

Fonte: www.fazendomedia.com

